

RICARDO LAVENHAM E A  
COMPATIBILIDADE ENTRE A  
PRESCIÊNCIA DIVINA E A  
CONTINGÊNCIA DOS EVENTOS  
FUTUROS<sup>1</sup>

Guilherme Wyllie (UFF)<sup>2,3</sup>

[guilhermewyllie@id.uff.br](mailto:guilhermewyllie@id.uff.br)

**Resumo:** No *Tractatus de eventum futurorum* que ora traduzimos, Ricardo Lavenham expõe e avalia algumas das concepções mais influentes no século XIV sobre as relações entre a presciência divina e a contingência dos eventos futuros. Valendo-se da tese ockhamiana segundo a qual existem proposições contingentes flexionadas no passado que dizem respeito ao futuro, ele argumenta e conclui que Deus conhece os futuros contingentes.

**Palavras-chave:** Lavenham; presciência divina; futuros contingentes.

## INTRODUÇÃO

O frade inglês Ricardo Lavenham foi um dos mais prolíficos escritores em atividade na segunda metade do século XIV. Sua obra compreende cerca de sessenta e três tratados de temática predominantemente lógica. Ricardo nasceu em data ignorada no vilarejo de Lavenham ao sul do condado de Suffolk. Ele ingressou no convento carmelita de

---

<sup>1</sup> Recebido: 22-06-2022/ Aceito: 03-08-2022/ Publicado on-line: 19-08-2022.

<sup>2</sup> É professor adjunto na Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

<sup>3</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8041-7380>.

Ipswich e possivelmente estudou em Oxford, onde teria obtido o doutorado em teologia. Há quem sustente que a morte de Lavenham ocorreu entre 1381 e 1383. No entanto, parece mais provável que ele tenha falecido depois de setembro de 1399.

No *Tractatus de eventu futurorum*, Lavenham defende a compatibilidade entre a presciência de Deus e a contingência dos eventos futuros. Sucintamente, ele de início adota a distinção proposta por Guilherme de Ockham entre proposições flexionadas no passado que realmente (*secundum rem*) dizem respeito ao passado e proposições flexionadas no passado que apenas verbalmente (*secundum vocem*) concernem ao passado. Em seguida, Lavenham sustenta que qualquer proposição verdadeira flexionada no passado, cuja forma é ‘Deus sabia que  $p$ ’, onde  $p$  é uma proposição contingente sobre o futuro, não seria realmente sobre o passado, porque sua verdade dependeria do futuro. Com base na tese ockhamiana que restringe a necessidade do passado às proposições flexionadas no passado não acarretadas por nenhuma proposição sobre o futuro, ele finalmente conclui que as proposições verdadeiras, cuja forma é ‘Deus sabia que  $p$ ’ não seriam verdadeiramente necessárias, mas contingentes.

RICARDO LAVENHAM  
*TRATADO SOBRE OS EVENTOS FUTUROS*<sup>4</sup>

No que tange aos eventos futuros, quatro são as opiniões. A primeira é a de que todos os eventos futuros ocorrem por necessidade. Tal era a opinião dos estoicos<sup>5</sup> e também é a opinião dos leigos. A segunda é a de que Deus não é de maneira nenhuma presciente dos eventos futuros. Essa era a opinião de Cícero<sup>6</sup> e de certos platônicos.<sup>7</sup> A terceira é a de que, em relação aos eventos futuros, não há nenhuma verdade determinada. Essa era a opinião de Aristóteles no livro *Da interpretação*.<sup>8</sup> A quarta é a de que

---

<sup>4</sup> A presente tradução foi realizada com base na edição crítica de Peter Øhrstrøm, que se encontra em ØHRSTRØRM, P. Richard Lavenham on Future Contingents. *Cahiers de l'Institut du Moyen-Age Grec et Latin*, 44, 1983, pp. 180-86.

<sup>5</sup> Simplicio garante que para os estoicos, a necessidade de todos os fatos se segue do princípio de bivalência e da tese de que tal princípio implicaria a inviabilidade de qualquer movimento sem causa. Cumpre, no entanto, advertir que em *Sobre o destino* 20-21, Cícero nos informa que a forma definitiva do determinismo por eles defendido admitia em certos contextos a existência de estados de coisas contingentes.

<sup>6</sup> Tal opinião fora por Cícero defendida no livro II do *Sobre a adivinhação*. De modo geral, seu argumento contra a presciência divina dos futuros contingentes recorre à tese de que qualquer série de causas naturais e necessárias é impossível. Sendo assim, é possível reconstruí-lo como a seguinte instância de *modus tollens*: se Deus conhece de modo antecipado os eventos contingentes sobre o futuro, então Ele prevê a série de causas eficientes dos referidos eventos, o que acarretaria a sua existência tanto no mundo, quanto na mente divina. Mas essa série não pode existir; logo, Deus não é presciente dos futuros contingentes.

<sup>7</sup> Uma observação no *Sobre o destino* 33 segundo a qual Carnéades teria negado que os deuses podem fazer predições sem antes conhecerem as respectivas causas, sugere que ao fazer referência a certos platônicos, Lavenham tinha em mente os cétricos acadêmicos.

<sup>8</sup> A crença de que os princípios de não-contradição, do terceiro excluído e da bivalência seriam os mais básicos e seguros, bem como a constatação de que eles poderiam acarretar a conclusão determinista segundo a qual todo evento é necessário, levou Aristóteles a desenvolver uma ampla discussão no capítulo nove do *Da interpretação* a fim de lidar com a inconsistência do conjunto formado por tais princípios e a assertiva aparentemente óbvia de que há eventos contingentes. Na realidade, o referido capítulo encerra uma estrutura tripartite. Inicialmente (18a28-34), Aristóteles afirma que determinada tese é adequada às proposições sobre o presente ou o passado, mas não se aplica, ou pelo menos não do mesmo modo, a certas proposições sobre o futuro. Dependendo da interpretação adotada, a tese envolvida pode ser 'necessariamente *p* ou necessariamente não-*p*' ou

Deus conhece determinadamente todos os eventos futuros e que alguns desses não ocorrem por necessidade, mas contingentemente.<sup>9</sup>

### [Refutação da primeira opinião]

A primeira opinião é falsa e errônea por suprimir nosso livre arbítrio. Isso se prova assim: o que quer que um homem venha a fazer, ele o fará necessariamente; logo, não está em seu poder deixar de fazer o que ele posteriormente fará. Mas

---

simplesmente o princípio de bivalência. Na segunda parte (18a34-19a22), Aristóteles desenvolve dois argumentos deterministas segundo os quais a verdade de uma proposição sobre uma contingência futura acarreta sua necessidade. Posteriormente, ele resiste à conclusão determinista de que tudo ocorre por necessidade e se encontra obrigado a rejeitar as premissas deterministas ou o seu argumento. A última parte (19a23-b4) é a mais controvertida. Enquanto alguns afirmam que Aristóteles teria recusado o argumento determinista ao mostrar que este comete a falácia da mudança de operador, outros acreditam que ele aceitou o argumento exibido na segunda parte e, por essa razão, se opôs à premissa determinista de que toda proposição é verdadeira ou falsa na última parte. Talvez, o fato de Aristóteles se contrapor ao determinismo lógico seja a única unanimidade entre os comentadores do capítulo nove do *Da interpretação*. Por conseguinte, verifica-se a existência de duas grandes linhas interpretativas, que resumem as diversas tentativas de solucionar as dificuldades inerentes ao texto. A interpretação padrão ou antirrealista é a que apresenta o maior número de adeptos. Segundo ela, Aristóteles teria restringido a aplicação do princípio de bivalência às proposições sobre o passado e o presente. Deste modo, as proposições sobre futuros contingentes não seriam nem verdadeiras nem falsas. Por outro lado, os representantes da interpretação conhecida como não-padrão ou realista atestam que Aristóteles teria preservado o princípio de bivalência em detrimento da inferência determinista segundo a qual a necessidade se segue da verdade. Com efeito, uma proposição sobre futuros contingentes seria momentaneamente verdadeira ou falsa sem que isto acarretasse a sua necessidade.

<sup>9</sup> Esta - como veremos - será a opinião adotada por Lavenham no final do presente opúsculo. Apesar de conter traços de doutrinas defendidas por Pedro Lombardo e Roberto Grosseteste, a concepção em questão se tornou a *opinio communis* na primeira metade do século XIV mediante uma versão proposta por Guilherme de Ockham. Baseado na distinção entre proposições flexionadas no passado que concernem verbalmente (*secundum vocem*) ao passado e proposições flexionadas no passado que concernem realmente (*secundum rem*) ao passado, ele adverte que se estas são verdadeiras, então elas são necessariamente verdadeiras, ao passo que se aquelas são verdadeiras, então elas são contingentemente verdadeiras. Com efeito, qualquer proposição que concerne verbalmente ao passado e diz respeito realmente ao futuro é contingentemente verdadeira, caso seja equivalente a uma proposição contingente flexionada no futuro. Por exemplo, não obstante “O Anticristo virá’ era verdadeira” ser flexionada no passado, Ockham acredita ser ela contingente por realmente concernir ao futuro. Uma reconstrução formal da concepção ockhamiana ora em questão pode ser encontrada, por exemplo, em WYLLIE, G. Breves considerações sobre a teoria ockhamista dos futuros contingentes. *Synesis*, 2 (1) 2005, pp. 46-9.

se escapa ao seu poder não fazer algo que posteriormente fará, segue-se que ele não o fará livremente. Tal é como pensam o vulgo e os leigos. De fato, quando percebem que um infortúnio acometeu um homem, dizem que tal era o seu destino e que assim teria de acontecer por necessidade.

### [Refutação da segunda opinião]

De acordo com Agostinho no livro cinco da *Cidade de Deus*, capítulos nove e dez, a segunda opinião também é falsa e errônea, porque suporia que Deus ignora agora o que há de fazer depois, o que é absurdo.

### [Refutação da terceira opinião]

A terceira opinião – que era a de Aristóteles – opõe-se à fé cristã na medida em que supõe que Deus não sabe determinadamente seja que o Anticristo existirá, seja que o Anticristo não existirá, e tampouco sabe determinadamente tanto que o dia do juízo ocorrerá, quanto que o dia do juízo não ocorrerá, e de igual modo não sabe determinadamente se a ressurreição dos mortos ocorrerá e se a ressurreição dos mortos não ocorrerá. A razão disso é que a verdade dos futuros contingentes bilaterais<sup>10</sup> não é determinada. Ora, ‘O dia do juízo ocorrerá’ e ‘A ressurreição dos mortos se dará’ são proposições contingentes bilaterais sobre o futuro. Logo, elas não são determinadas quanto à verdade e, conseqüentemente, não são mais determinadas quanto ao verdadeiro do que quanto ao falso e vice-versa. A

---

<sup>10</sup> No século XIV, as proposições contingentes bilaterais (*ad utrumlibet*) eram geralmente concebidas como proposições possíveis, mas não-necessárias, que não estariam mais comprometidas com a ocorrência ou com a não-ocorrência dos estados de coisas correspondentes.

consequência é clara e a premissa maior corresponde à opinião de Aristóteles, que consta no livro *Da interpretação*. Essa opinião tem de assumir que nenhuma proposição contingente sobre o futuro é verdadeira e que não há entre elas uma que seja falsa. Tal era a concepção de Aristóteles, conforme nos diz Ockham em sua exposição sobre o livro *Da interpretação*.<sup>11</sup>

### [Opinião de Lavenham]

A quarta opinião [de que Deus conhece determinadamente todos os eventos futuros e que esses ocorrem contingentemente e não por necessidade] é a opinião dos modernos e dos fiéis cristãos.

---

<sup>11</sup> Ockham, bem como a maioria dos comentadores medievais do capítulo nove do *Da interpretação*, estava convencido de que para Aristóteles as proposições sobre o futuro em matéria contingente não seriam nem determinadamente verdadeiras, nem determinadamente falsas. De acordo com Simplício, os peripatéticos da Escola de Alexandre teriam sido os primeiros a lançar mão da distinção entre ‘determinadamente verdadeiro’ e ‘determinadamente falso’ para tentar esclarecer como Aristóteles refutara o determinismo lógico no capítulo nove do *Da interpretação* (cf. SIMPLÍCIO, *Comentário às Categorias* 406, 13-16). Na Idade Média, porém, o emprego dessa distinção fora originalmente motivado pelo modo como Boécio dela se valeu em seus dois comentários ao *Da interpretação* para atestar que as proposições sobre eventos futuros em matéria contingente seriam indeterminadamente verdadeiras ou indeterminadamente falsas e que o determinismo lógico só seria admissível se tais proposições fossem determinadamente verdadeiras ou determinadamente falsas. Embora o recurso à referida distinção seja eventualmente interpretado como uma tentativa de restringir a validade do princípio de bivalência, há quem o interprete como a sua mera atenuação, defendendo assim que as proposições contingentes sobre o futuro seriam disjuntivamente verdadeiras ou falsas. Outra alternativa interpretativa, no entanto, sustenta que a distinção em questão não modificaria o princípio de bivalência, mas apenas garantiria que o valor de verdade das proposições sobre eventos futuros em matéria contingente não seria predeterminado por nenhuma necessidade fatalista.

**[Primeira objeção]<sup>12</sup>**

Em sentido contrário: parece não ser esse o caso, porque necessariamente o dia do juízo ocorrerá, a ressurreição dos mortos se dará, o Anticristo virá e o mesmo se verifica com qualquer outro futuro contingente. Logo, todos os futuros contingentes ocorrerão necessariamente.

A consequência é clara e seu antecedente se prova assim: Deus sabe desde toda a eternidade que o dia do juízo ocorrerá; logo, o dia do juízo ocorrerá. Esta consequência é boa e seu antecedente é necessário; logo, o consequente [também é necessário].

---

<sup>12</sup> Se  $\Gamma$  for tomado como o conjunto das proposições contingentes sobre o futuro, então a cadeia argumentativa que constitui a primeira objeção pode ser esquematicamente exposta como se segue:

I. Argumento principal:

(P) Necessariamente  $\Gamma$ .

(C) Logo, todos os futuros contingentes ocorrerão necessariamente.

I.a. Argumento de  $\Gamma$ :

(1) Deus sabe desde toda a eternidade que  $\Gamma$ .

(2) Logo,  $\Gamma$ .

I.a.1. Argumento da necessidade de (1):

(3) (1) é uma proposição verdadeira sobre o passado, cuja verdade não depende do futuro.

(4) Proposições verdadeiras sobre o passado, cuja verdade não depende do futuro, são necessárias.

(5) Logo, (1) é necessária.

I.b. Argumento de (P):

(6) Necessariamente (1) implica (2).

(7) Necessariamente (1).

(8) Se necessariamente X e necessariamente (X implica Y), então necessariamente Y.

(9) Logo, (P).

I.c. Argumento de (C):

(10) (P).

(11) De uma proposição necessária só se segue uma proposição necessária numa inferência válida.

(12) Logo, (C).

A consequência é clara, porque de uma proposição necessária só se segue uma proposição necessária em uma consequência boa.

Eis a prova de que o antecedente é necessário: o antecedente é uma proposição afirmativa verdadeira sobre o passado, cuja verdade não depende do futuro; logo, o antecedente é necessário. A consequência é clara por força de uma regra comum.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> A regra em questão é justamente aquela que determina que proposições verdadeiras sobre o passado, cuja verdade não depende do futuro, são necessárias.



**[Segunda objeção]<sup>14</sup>**

Além desse argumento, pode-se ainda objetar que necessariamente o Anticristo existirá; portanto, o Anticristo virá por necessidade.

O antecedente se prova assim: Deus deseja que o Anticristo venha a existir; logo, necessariamente o Anticristo existirá. Esta consequência é boa e o antecedente é necessário; logo, o conseqüente [também é necessário].

---

<sup>14</sup> Segue-se de modo análogo a cadeia argumentativa que compõe a segunda objeção:

I. Argumento principal:

(P) Necessariamente 'O Anticristo existirá'.

(C) Logo, o Anticristo virá necessariamente.

I.a. Argumento de (P):

(1) Deus deseja que o Anticristo venha a existir.

(2) Logo, (P).

I.a.1. Argumento da necessidade de (2):

(3) (1) é necessária.

(4) (1) implica (2).

(5) De uma proposição necessária só se segue uma proposição necessária numa inferência válida.

(6) Logo, (2) é necessária.

I.a.2. Argumento da necessidade de (1):

(7) Tudo o que é imutavelmente conhecido por Deus, é necessariamente conhecido por Deus.

(8) (1) é imutavelmente conhecido por Deus.

(9) Logo, (1) é necessariamente conhecido por Deus.

I.a.2.1. Argumento de (7):

(10) Tudo o que é imutável é necessário.

(11) Logo, (7).

I.a.2.2. Argumento de (8):

(12) não é o caso que (8), então (1) é mutavelmente conhecido por Deus.

(13) Consequentemente, Deus conhece algo mutavelmente.

(14) Consequentemente, o conhecimento ou o modo de conhecer de Deus é mutável.

(15) Mas, (14) é falsa.

(16) Logo, por redução ao absurdo, (8).

Eis a prova de que o antecedente é necessário: o antecedente é imutavelmente conhecido por Deus e tudo o que é imutavelmente conhecido por Deus, é necessariamente conhecido por Deus; logo, o antecedente é necessariamente conhecido por Deus.

A consequência é clara e a premissa menor se segue do princípio segundo o qual tudo o que é imutável é necessário.

Eis a prova da premissa maior: se o antecedente é conhecido por Deus, mas não é imutavelmente conhecido por Ele, então tal antecedente é mutavelmente conhecido por Deus e, conseqüentemente, Deus conhece algo mutavelmente. Disso se segue que o modo divino de conhecer seria mutável ou que Seu conhecimento seria mutável. O conseqüente é falso e errôneo.

### **[Resposta à primeira objeção]**

Respondem-se a essas objeções negando que todos os eventos futuros ocorrem por necessidade. Concedo a primeira consequência ‘Deus sabe desde toda a eternidade que o dia do juízo ocorrerá; logo, o dia do juízo ocorrerá’, mas nego que o antecedente seja necessário.

Resposta à prova [de que o antecedente seja necessário]: quando se argumenta deste modo ‘o antecedente é uma proposição afirmativa verdadeira sobre o passado, cuja verdade não depende do futuro; logo, essa proposição é necessária’, concedo a consequência, mas nego o antecedente, porque a sua verdade dependerá do futuro, como se vê, pois se o Anticristo não tivesse de existir no futuro, Deus não teria sabido desde toda a eternidade que o mesmo haveria de existir no futuro.

**[Resposta à segunda objeção]**

Quanto ao segundo argumento, concedo que Deus não conhece nada mutavelmente, porque nem ele, nem seu modo de conhecer é mutável. Além disso, concedo que tudo aquilo que é conhecido por Deus é imutavelmente conhecido. Mas nego que tudo aquilo que é imutavelmente conhecido por Deus é necessariamente conhecido por Ele.

Fim do *Tratado sobre os eventos futuros* de Ricardo Lavenham.

**Abstract:** In the *Tractatus de eventu futurorum* translated here, Ricardo Lavenham sets out and evaluates some of the most influential conceptions in the fourteenth century on the relationship between divine foreknowledge and the contingency of future events. He argues and concludes that God knows future contingents, making use of the Ockhamian thesis according to which there are contingent propositions about the past that concern the future.

**Key-words:** Lavenham; divine foreknowledge; contingent futures.